

CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2021/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 7/25

2025/04/23



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

QUADRIÉNIO 2021/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2025

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA, Presidente da mesma Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores Senhores:

ELIAS ACÁCIO DA SILVA BARROS, FRANCISCO MANUEL MOREIRA LEAL, BEATRIZ SOFIA GOMES MEIRELES DUARTE GEADA, PAULO JORGE MOREIRA DA SILVA, TÂNIA PATRICIA MOREIRA BENTO RIBEIRO, RENATO CARDOSO DE ALMEIDA, LUÍS RICARDO MOREIRA DE SOUSA E SANDRA MARIA DA SILVA MARTINS EM SUBSTITUIÇÃO DE MANUEL DE ALMEIDA VIEIRA.

O vereador Dr. Francisco Leal esteve ausente por se encontrar em serviço do município.

A vereadora Dr^a Beatriz Meireles esteve ausente por motivo de férias.

A reunião foi secretariada por Carla Fernanda Rocha Pinto, Licenciada e Técnica Superior Jurista da Câmara Municipal.

Sendo dez horas e dez minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia tendo-se verificando as intervenções do Senhor vereador Ricardo Sousa e do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Tomou a palavra o Senhor Vereador, Ricardo Sousa, que disse o seguinte: “Senhor Presidente, aqui algumas questões que entendo que deve ser questionado. Quanto ao assunto da ETAR, gostaria de saber se já tem alguma informação sobre a apresentação do projeto. Esperemos que corra pelo melhor para temos o problema da ETAR definitivamente resolvido, perguntando então se efetivamente, tem alguma novidade sobre isso. Senhor Presidente, também questionar, porque em tempos, eu pedi os custos da passagem de ano e foi discriminado efetivamente os custos, mas as receitas não vieram discriminadas, pelo que solicito essa informação devidamente discriminada, porque havia aquela questão dos bares que, senhor Presidente, diria que tinha outra rentabilidade e também tem a questão da bilhética e não vieram. Percebemos que tivemos um prejuízo acentuado com a iniciativa, mas também nada que se calhar nos surpreenda, atendendo ao contexto e eu percebendo o que se passava com alguns eventos na nossa cidade, no fim, davam sempre prejuízo, não será grande novidade. Senhor Presidente, perguntar-lhe quais foram as conclusões da visita do ministro, o que sei é que veio visitar as obras nos bairros de qualificação e das casas que iriam ser entregues na altura. Abordei aqui a questão da A41 e da A42 e gostaria de saber se teve a oportunidade de abordar esse tema com ele mesmo não estando na agenda pois é um tema pertinente para o concelho de Paredes, se há alguma novidade para o concelho de paredes dessa visita, mesmo sabendo que o Governo vai sair, e se estão previstos investimentos programados, dado que normalmente somos um concelho pagador e não recebedor. Senhor Presidente, também pretendo esclarecimentos sobre dois pagamentos, um deles prende-se com o pagamento à Agência Viagem Marão Tâmega, de uma visita a Madrid no valor de 4.000 euros, e gostaria de perceber que visita é que foi e quem foi, porque aqui diz que se trata de alojamento e alimentação, pretendemos saber o porquê deste custo. Também há um



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

pagamento a uma empresa de Vilela, para compra de mobiliário e houve um pagamento de 24.587 €, mas é só para perguntar, porque, em tempos, como se lembra, houve dois investimentos que um foi do mobiliário para o Estádio Municipal que é usado pela União Sport Clube de Paredes. Quando fiz a pergunta disse-me que seriam os vinis e depois veio-se a constatar que nós temos uma fatura a pagar de praticamente 50.000 euros, porque aprofundei o assunto, porque o treinador do Paredes, entendia que não tinha condições e teria de ter mobiliário para conforto dos atletas e precisava de ter uma estrutura mais profissional. Eu espero que efetivamente para o ano o União Sport Clube de Paredes, esteja de parabéns, mas dado que o estádio tinha sido requalificado há um ano e meio, nós gastarmos quase 50.000 euros e, como se não bastasse, na altura, frisei o mobiliário foi comprado em Lousada, neste caso foi comprado em Vilela, numa fábrica Boa Arte de Pacheco & Silva Limitada, pelo que gostaria de saber qual o destino desse mobiliário. Senhor Presidente, gostaria de abordar, mais uma vez a situação das ruas do concelho, temos falado sucessivamente disto, naturalmente, desafiei-o há 2 ou 3 anos, para elaborar um plano, naturalmente que tem um levantamento feito, se nos puder informar das intervenções que vão sendo feitas, eu agradeço”.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu o Vereador, nos seguintes termos: “Em relação a ETAR, aguardamos que seja submetida a candidatura, e logo que seja submetida daremos nota disso. Quanto à questão das receitas, peço à minha Chefe de Gabinete que faça chegar essa discriminação da bilhética e receitas de bar. Quanto à visita do Senhor Ministro, dizer que foi uma visita muito proveitosa pela conversa que se proporcionou depois, até com a senhora Secretária de Estado da Habitação que acompanhou o Sr. Ministro. Em relação àquela questão da A 41, tive oportunidade de abordar a situação, mas neste momento, o que está em cima da mesa é a questão dos pesados, para aliviar a VCI e depois dos pesados, vão ver como é que funciona, mas, para já, o que está previsto é a questão dos pesados. A conversa com a Senhora Secretária de Estado foi uma conversa proveitosa porque tivemos oportunidade de discutir quais eram os passos seguintes, tendo em conta que nós tínhamos apresentado inúmeras candidaturas, quer para habitação social, quer para habitações de rendas acessíveis, que por terem excedido o número de candidaturas que o PRR podia satisfazer, questionei qual seria o passo seguinte e foi uma conversa muito proveitosa, porque nos foi garantido que todas as candidaturas



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

que nós apresentamos vão ter financiamento. As que foram apresentadas a rendas acessíveis, vão ter financiamento no âmbito de BEI, as que foram apresentadas para habitação social vão ter que ter financiamento através do Primeiro Direito. Acontece é que o Primeiro Direito não é 100% a fundo perdido, tal como era o PRR, mas a parte que não for financiada a fundo perdido, será financiada pelo BEI. E agora a pergunta que vocês poderiam fazer é que, no caso das habitações a rendas acessíveis, é um empréstimo, porquê? Porque nós vamos cobrar rendas de valores mais elevados que nos permitam pagar esse empréstimo. Ora, no caso das habitações sociais era a fundo perdido, porque nós sabemos que as rendas já são de valores menores. Veja-se o caso do realojamento da comunidade cigana, em que as rendas andam entre os 50 e os 250 euros por mês. E agora a novidade foi que, uma vez que nas habitações sociais vai ter essa componente de financiamento do BEI, que poderá ser 40% de financiamento e 60% a fundo perdido. Vamos poder, para além de ter habitações sociais, poder ter também habitações de rendas acessíveis, justamente para compensar o empréstimo dos 40% que temos de fazer ao BEI. Foram boas notícias pois antes do final do ano, poderemos ainda avançar com candidaturas que tinham ficado sem financiamento e que agora vão tê-lo. Quanto à questão que colocou da viagem, peço à minha Chefe de Gabinete que veja qual foi a viagem em causa e fazer chegar ao Senhor Vereador. Quanto ao mobiliário, foram para as 10 habitações que compramos à Adega Cooperativa que serve de alojamento, para situações de emergência. Transformamos os espaços em 30 quartos e foram as camas e os armários para roupa”.

2 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e dois de abril do corrente ano, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento da existência dos seguintes saldos:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: seis milhões seiscentos e sessenta e sete mil quatrocentos e noventa e um euros e setenta e um centimos.

OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: três milhões quatrocentos mil novecentos e trinta e sete euros e vinte e três centimos.



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

3 - PAGAMENTOS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente da Divisão de Financiamentos e Tesouraria, com o número de identificação de processo geral, vinte e três mil cento e setenta e quatro, datada de dezasseis de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, a relação de pagamentos efetuados no período de um a onze de abril do corrente ano, no montante de novecentos e oitenta mil oitocentos e setenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

4 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO - 10ª ALTERAÇÃO ANO 2025 - 8ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA - 8ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PPI E ANOS SEGUINTE - 8ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a modificação ao orçamento - 10ª alteração ano 2025 - 8ª alteração permutativa ao orçamento da despesa - 8ª alteração permutativa ao PPI e anos seguintes - 8ª alteração permutativa ao Plano Atividades Municipais.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

5 - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS, ANO 2024 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião o Relatório de Gestão e Contas, relativo ao ano de dois mil e vinte e quatro, dos quais se salientam os seguintes elementos: No Balanço temos o total do Ativo com o montante de 296 853 586,17 € (duzentos e noventa e seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e oitenta e seis euros e dezassete cêntimos). O total do Património Líquido incorpora o montante de 206 238 382,41 € (duzentos e seis milhões, duzentos e trinta e oito mil, trezentos e



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

oitenta e dois euros e quarenta e um cêntimos). O total do Passivo incorpora o montante de 90 615 203,76 € (noventa milhões, seiscentos e quinze mil, duzentos e três euros e setenta e seis cêntimos). Na Demonstração de Resultados temos o total de Rendimentos com o montante de 66 752 251,99 € (sessenta e seis milhões setecentos e cinquenta e dois mil duzentos e cinquenta e um euros e noventa e nove cêntimos). O total de Gastos incorpora o montante de 64 135 263,00 € (sessenta e quatro milhões, cento e trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e três euros). Na Demonstração Fluxos de Caixa, o Total de Recebimentos incorpora o montante de 75 560 489,90€ (setenta e cinco milhões quinhentos e sessenta mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e noventa cêntimos). O Total de Pagamentos incorpora o montante de 74 883 614,36 € (setenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e catorze euros e trinta e seis cêntimos). No Desempenho Orçamental, o Total de Recebimentos incorpora o montante de 75 560 489,90 € (setenta e cinco milhões quinhentos e sessenta mil quatrocentos e oitenta e nove euros e noventa cêntimos). O Total de Pagamentos incorpora o montante de 74 883 614,36 € (setenta e quatro milhões oitocentos e oitenta e três mil seiscentos e catorze euros e trinta e seis cêntimos). Quanto aos Saldos iniciais e finais do Desempenho Orçamental apresentam-se os seguintes valores: O Saldo inicial de Operações Orçamentais incorpora o montante de 1 626 674,82 € (um milhão seiscentos e vinte e seis mil seiscentos e setenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos). O Saldo final de Operações Orçamentais incorpora o montante de 2 211 101,68€ (dois milhões duzentos e onze mil cento e um euros e sessenta e oito cêntimos). O Saldo Inicial de Operações de Tesouraria incorpora o montante de 3 308 239,84 € (três milhões trezentos e oito mil duzentos e trinta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos). O Saldo Final de Operações de Tesouraria incorpora o montante de 3 400 688,52 € (três milhões quatrocentos mil seiscentos e oitenta e oito euros e cinquenta e dois cêntimos).

Pediu a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que referiu o seguinte: “Já várias coisas foram ditas aquando da discussão dos relatórios anteriores porque há coisas que são similares, outras nem tanto, nomeadamente o aumento dos custos com o pessoal. O quadro passa de 1.052 para 1.069 pessoas, não é um aumento considerável, mas são 17 pessoas, a execução do PPI diminuiu 29% face a 2023, a variação negativa é transversal a todas as funções em termos deste investimento. É um facto que a dívida total reduz um pouco, em números redondos, era de 56 milhões de euros e passa para 53 milhões de euros, o passivo é de 90 milhões de euros mais o



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

passivo contingente que é de 97 milhões de euros. Continua o aumento das receitas dos impostos sobre os munícipes, houve um aumento de 1 milhão 107 mil euros, conforme está na rubrica de *impostos, contributos e taxas*, podemos também falar da receita do IMI que aumenta de 6 milhões 455 mil 147 euros para 6 milhões 617 mil euros. A receita com os impostos cobrados continua a aumentar e também há aqui um valor que é exponencial, além de aumentar os salários porque há um ajuste de salário em função daquilo que foi promulgado e que temos que cumprir, mas de qualquer forma, o aumento do quadro de pessoal leva ao aumento de custos com pessoal de mais 1 milhão 227 mil 962 euros. Há um valor que eu considero extraordinário e a ter em conta e eu *percebo não percebendo* digamos assim, *comunicação e imagem*, 360.000 euros, em 2023 já foi um valor considerável e eram 307.000 euros, em 2024 passou para 367.497 euros e depois há a somar *comunicação* que são 159.079 euros, somando as duas nós estamos a falar em mais de meio milhão de euros/ano para *comunicação e imagem* e não estamos aqui a colocar os valores daquilo que é impresso, quer na *Graficel*, quer na *Gráfica de Paredes*. Pelo menos faço uma consideração positiva que é o facto de as impressões serem feitas por gráficas de Paredes o que é considerável e respeitável, algo que no passado nem sempre acontecia e se tenho aqui um discurso crítico quando se investe em empresas de fora, naturalmente terei aqui que reconhecer o investimento em empresas do Concelho, mas o investimento é de quase de 50.000 euros/mês para *comunicação e imagem*. O aumento em *outros gastos* é de 76,53% face a 2023, volto a frisar que o aumento da receita fiscal é de 6%, o aumento das receitas com impostos é de 4,3%, como já frisei o aumento do número de funcionários equivale a um aumento dos gastos com pessoal de cerca de 7%. A taxa de execução nos *ativos financeiros* e vimos sucessivamente alertando para isto é de 0% e o Senhor Presidente sabe que isto permite um empolamento do orçamento e foi um crítico acérrimo disso e se calhar bem porque não havia realização como nós agora fazemos, mas no passado criticou a utilização desta ferramenta para gerar possibilidades orçamentais. O que é um facto é que ao fim deste tempo todo continuamos a ter *ativos financeiros* e a execução comprava-nos todos os anos que isto acaba por ser zero e alerta para este facto. O Senhor Presidente em 2023 disse que os *trabalhos especializados e serviços* eram para diminuir e transformar em residuais e aumentou uma percentagem considerável em 2024 e está previsto aumentar para este ano também. Nas *despesas de funcionamento*, se for considerado só as receitas próprias, absorvem 62% dessas receitas, é um valor que nos deve preocupar, porque se não houver outras receitas, as receitas próprias do município, as *despesas correntes* absorvem diretamente o que deixa uma margem residual para



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

investimento atendendo ao contexto. Nós queríamos ter aqui um reposicionamento nas receitas do *IRS* e o Senhor Presidente na altura disse-nos que quem paga *IRS* são pessoas que ganham acima e podem pagar. O *IRS* aumentou 10%, há pessoas no concelho de Paredes que ganham 1.000 ou pouco mais de 1.000 euros e pagam *IRS*, pode ser pouco, mas pagam, agora, eu percebo que diga que não pode eliminar essa receita porque senão cria aqui um desequilíbrio e isso eu percebo claramente. No *PPI* podíamos voltar à questão das habitações e deu-me algum conforto aquilo que disse no *Período de Antes da Ordem do Dia*, pode haver aqui números que sejam de pessoas que façam o pedido sem essa primeira necessidade, mas há muita carência de habitação social no concelho de Paredes. Nós alertámos várias vezes para esse facto, o Senhor Presidente numa Assembleia Municipal apresentou vários pontos do concelho onde iria fazer habitação social e a rendas acessíveis porque o aluguer das próprias habitações é que vai dar suporte ao empréstimo. Por aquilo que percebemos, excedeu o *PRR* para as habitações sociais e caíram muitas das propostas, o Senhor Presidente no *Período de Antes da Ordem do Dia*, disse que efetivamente vai manter os projetos que tem para construção de habitação social e a custos controlados. Senhor Presidente, os maiores reparos incidem precisamente no que eu disse, continua a haver um aumento de cobranças que todos os anos tem vindo a ser o valor mais elevado de cobrança de impostos e as despesas com pessoal que têm aumentado consideravelmente. Os *outros serviços*, que é aquilo que o Senhor Presidente disse que ia baixar tem continuado a aumentar e deixo um alerta para o facto de termos no concelho algumas pessoas que vivem praticamente na rua. Ainda ontem desapareceu uma pessoa conhecida que estava a viver numa barraca abandonada onde foi encontrado sem vida, o Jordão e provavelmente faleceu sozinho, são situações lamentáveis. Temos nesta situação mais 3 ou 4 pessoas, uma delas é a Senhora Natália que parece que tem um grave problema de estômago e vive num armazém abandonado, peço aqui alguma sensibilidade para estes casos para que se proporcione a estas pessoas algum conforto.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que sublinhou: “Dar os parabéns aos meus colegas da vereação porque apesar de todo o investimento que foi feito em Paredes ao longo de 2024, chegámos ao final do ano com um passivo de 90 milhões de euros e não de 200 milhões de euros como o *PSD* tanto apregoava, abaixo dos 103 milhões de euros que viemos encontrar quando chegámos ao município. Se aos 90 milhões de euros retirarmos o valor que devemos do



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

empréstimo que fizemos para o *Resgate* dos SMAS, no final do ano estávamos a dever 18,9 milhões de euros, significa que chegámos ao final do ano 2024 com um passivo de 71,7 milhões de euros. O corolário desta boa gestão que tem vindo a ser feita é que, apesar dos grandes investimentos que foram feitos no município ao longo de 2024, a dívida que nós tínhamos a fornecedores de imobilizado, isto é, aos empreiteiros, era de apenas 1.495.572 € no final do ano, ou seja, eram as faturas correntes que tinham entrado no final do ano. A dívida bancária mantém-se. A dívida está praticamente toda ela sob a forma de financiamento bancário. A dívida a fornecedores conta corrente, nomeadamente à *AMBISOU*SA é de 720.000 € e também mais 800.000 € a outros fornecedores. Em termos de custos, os custos tiveram uma variação que nós entendemos como praticamente normal tendo em conta a subida dos preços registada nos bens e serviços, portanto, em fornecimento de serviços passámos de 16,3 para 17 milhões de euros, mais 700.000 € num contexto em que a inflação fez disparar os preços. Os custos com pessoal, como já tive oportunidade de referir, o número de funcionários aumentou muito residualmente, temos aqui um aumento de 21,8 para 23 milhões de euros de custos com pessoal que teve a ver com progressões nas carreiras e com o aumento dos salários que houve. Já que falou numa conta muito específica, relembrar-lhe o que é *comunicação*. As cartas que se enviam para a recolha do lixo é *comunicação*. Aquele valor que referiu, quase que estava a dar a entender que aquilo era tudo despesas com a colocação de *outdoors*, mas não tem nada a ver com isso, o grande volume tem a ver com a comunicação em si. Por isso, acho que este executivo está de parabéns e estas contas permitem que possamos encarar o ano 2025 que é o ano em que vamos começar a executar o *Portugal 2030*, de uma forma tranquila e já a projetar os investimentos para os próximos anos.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM CINCO VOTOS A FAVOR DO PS E DOIS VOTOS CONTRA DO PSD, APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS – ANO 2024. MAIS FOI DELIBERADO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

O Senhor vereador Ricardo Sousa fez a seguinte declaração de voto: “Eu votei contra atendendo ao contexto que referi. Há um aumento de despesas todos os anos, dos custos com pessoal que



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

não tem a ver só com a atualização salarial, há um contínuo aumento das receitas via impostos que são pagos pelos paredenses e depois porque o Senhor Presidente frisou e em nosso entender foi um recuo, em 2024 houve um recuo em relação a 2023, é considerável e está exposto no relatório e por tudo isto, o entendimento foi votar contra.”

6 - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DOS SMAS PAREDES, ANO 2024 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foram presentes à reunião os documentos do Relatório de Gestão e Contas dos SMAS de Paredes, relativos ao ano de dois mil e vinte e quatro, dos quais se salientam os seguintes elementos: No Balanço temos o total do Ativo com o montante de 8 314 690.45 € (oito milhões, trezentos e quatorze mil, seiscentos e noventa euros e quarenta e cinco cêntimos). O total do Património Líquido incorpora o montante de 7 392 708.68 € (sete milhões, trezentos e noventa e dois mil, setecentos e oito euros e sessenta e oito cêntimos). O total do Passivo incorpora o montante de 921 981.77 € (novecentos e vinte e um mil, novecentos e oitenta e um euros e setenta e sete cêntimos). Na Demonstração de Resultados temos o total de Rendimentos com o montante de 7 714 100.51 € (sete milhões, setecentos e quatorze mil, cem euros e cinquenta e um cêntimos). O total de Gastos incorpora o montante de 6 940 491.60 € (seis milhões, novecentos e quarenta mil, quatrocentos e noventa e um euros e sessenta cêntimos). Na Demonstração Fluxos de Caixa, o Total de Recebimentos incorpora o montante de 10 805 959,04 € (dez milhões, oitocentos e cinco mil, novecentos e cinquenta e nove euros e quatro cêntimos). O Total de Pagamentos incorpora o montante de 10 425 058,63€ (dez milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, cinquenta e oito euros e sessenta e três cêntimos). No Desempenho Orçamental, o Total de Recebimentos incorpora o montante de 8 318 807.56 € (oito milhões, trezentos e dezoito mil, oitocentos e sete euros e cinquenta e seis cêntimos). O Total de Pagamentos incorpora o montante de 8 046 789,63 € (oito milhões, quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e nove euros e sessenta e três cêntimos). Quanto aos Saldos iniciais e finais do Desempenho Orçamental apresentam-se os seguintes valores: O Saldo inicial de Operações Orçamentais foi de 46 682.67€ (quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e dois euros e sessenta e sete cêntimos) e o saldo final de Operações Orçamentais incorpora o montante de 318 700.60€ (Trezentos e dezoito mil, setecentos euros e sessenta cêntimos). O Saldo Inicial de Operações de Tesouraria incorpora o valor de 172 294.66€ (cento e setenta e dois mil,



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

duzentos e noventa e quatro euros e sessenta e seis cêntimos. O Saldo Final de Operações de Tesouraria incorpora o montante de 281 177.14€ (duzentos e oitenta e um mil, cento e setenta e sete euros e quatorze cêntimos).

Pediu a palavra o senhor Vereador Ricardo Sousa que referiu o seguinte: “Senhor Presidente, sobre uma pergunta que já lhe fiz há dias, que refere aqui no relatório, o ano anterior a que reporta é uma gestão de oito meses e este ano será o primeiro ano completo e veremos a evolução que as águas terão nesse sentido. Aqui em duas ou três questões, o resultado líquido reporta a cerca de setecentos mil euros, o investimento aqui também terá que ser feito de forma considerável todos os anos atendendo ainda ao que está em falta no Concelho de saneamento e em menos escala de fornecimento de água.

Há aqui algumas coisas neste relatório que me levam a questionar-lhe se existe alguma ligação das Águas Douro Paiva com as Águas de Gandra, eu há dias perguntei-lhe e disse que não existia ligação e que foi só relacionado com cisternas, mas o relatório diz precisamente que essa ligação existe.

O senhor Presidente citou aqui daí perguntar-lhe se estes números irão ou não aumentar de forma exponencial relativamente às ligações de saneamento em Recarei e Sobreira porque em Recarei, segundo o relatório contemplava 111 ligações e na Sobreira 139 ligações. Pergunto se temos condições em 2025 para aumentar de forma considerável essas ligações ou se para a capacidade atual de tratamento se está para já resolvido.

Também perguntar se tem previsão do tempo necessário para que os SMAS em termos de resultados líquidos consigam absorver o efeito do empréstimo dos vinte e um milhões de euros. Sei que estes resultados têm a ver com investimentos, mas, questiono se tem alguma perspetiva quanto ao crescimento e ao lucro para fazer o pagamento do empréstimo.

Dizer-lhe ainda que sobre este assunto, não farei declaração de voto, mas irei abster-me na votação para dar o benefício da dúvida atendendo a que estamos no segundo ano deste trabalho que tem vindo a ser feito nos SMAS, veremos o que daí virá.”

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara que observou: “O relatório de gestão e contas dos SMAS de Paredes de 2024, portanto um ano completo, demonstra uma vez mais que a opção pelo resgate foi a correta.



Carla Pinto
Dra. Carla Pinto

É uma empresa que faturou sete milhões e setecentos mil euros no ano passado, apresentou custos no valor de seis milhões e novecentos mil euros o que significa que libertou oitocentos mil euros num ano que foram canalizados para investimentos na rede de água e saneamento.

Respondendo à questão colocada, foi objetivo do Município assumir o pagamento do financiamento por forma a que todos os esforços e resultados obtidos pelos SMAS, fossem aplicados em investimentos.

Assim continuará, pelo que nós vamos assumir durante o período do empréstimo o seu pagamento e tudo quanto libertar e que possa ser utilizado, será no sentido de investimentos. Neste ano de 2025, acredito que o valor poderá ultrapassar o milhão de euros e que este valor mais o dos fundos comunitários, serão aplicados em investimentos na rede.”

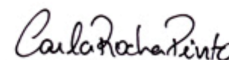
Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM CINCO VOTOS A FAVOR DO PS, UM VOTO CONTRA DA VEREADORA DRA. SANDRA MARTINS DO PSD E UMA ABSTENÇÃO DO VEREADOR RICARDO SOUSA DO PSD, APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS DOS SMAS DE PAREDES - ANO 2024. MAIS FOI DELIBERADO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

7 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBROSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião a minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Sobrosa.

Pelo senhor Presidente da Câmara foi sublinhado o seguinte: “Trata-se de uma delegação de competências na Freguesia de Sobrosa para pavimentação da rua de acesso ao ERPI do Centro Social de Sobrosa pelo que sem este investimento não era possível a conclusão das obras e à semelhança do apoio concedido para a construção do ERPI também agora o faremos para o acesso ao mesmo.”



Dra. Carla Pinto

Pediu palavra a senhora Vereadora Dra. Sandra Martins que observou: “Senhor Presidente, o Contrato Interadministrativo prevê um valor de 19 608, 41€, quando o orçamento apresentado é na ordem 18 498,50€, qual o porquê desta diferença?”

O senhor Presidente da Câmara esclareceu: “O diferencial refere-se ao IVA na taxa de 6%”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SOBROSA, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

8 - 1ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA (Nº 2/2025) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião a minuta da 1ª retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Rebordosa (Nº 2/2025).

Pelo senhor Presidente da Câmara foi salientado: “Esta retificação prende-se somente com a alteração do objeto desta Delegação de Competências feita na Freguesia de Rebordosa.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DA 1ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA (Nº 2/2025), A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO,



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

9 - 1ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA (Nº70/2025) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião a minuta da 1ª retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Rebordosa.

O senhor Presidente da Câmara, esclareceu: “Trata-se de uma retificação para a alteração do gestor do contrato pois que, o anteriormente designado já não está a laborar no Município.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DA 1ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE REBORDOSA (Nº 70/2025), A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

10 - 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE DUAS IGREJAS (Nº5/2023, Nº216/2023, Nº5/2025) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião a minuta da 3ª retificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Duas Igrejas.

Pelo senhor Presidente da Câmara foi salientado: “Trata-se de um reforço de verba para requalificação da Escola do Souto que está a ser transformada na Sede da Junta de Freguesia de



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

Duas Igrejas.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DA 3ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE DUAS IGREJAS (Nº5/2023, Nº216/2023, Nº5/2025), A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

11 - CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE DUAS IGREJAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião a minuta do Contrato de Cooperação com a freguesia de Duas Igrejas.

Pelo senhor Presidente da Câmara foi sublinhado: “Este é um projeto outrora desejado pela Freguesia de Duas Igrejas e para o qual obteve uma comparticipação no âmbito de um Fundo Comunitário PIEP de cerca de 13 000€. O que se pretende é a demolição do antigo Salão Paroquial e requalificação do Adro da Igreja para criação de um parque de estacionamento e uma espécie de “Mini-Anfiteatro”. A candidatura já foi aprovada e se não for concretizada a obra perde-se aquele valor de 13 000€ e, portanto, vamos assumir a comparticipação nacional da diferença para o investimento total.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE DUAS IGREJAS, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

12 - 1ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE SOBREIRA
(Nº 75/2025) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião a minuta da 1ª retificação ao Contrato de Cooperação com a freguesia da Sobreira.

Pelo senhor Presidente da Câmara foi referido: “Trata-se igualmente da alteração do gestor do contrato.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DA 1ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DA SOBREIRA (Nº 75/2025), A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

13 - 2ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE DUAS IGREJAS (Nº3/2023 E Nº217/2023) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião a minuta da 2ª retificação ao Contrato de Cooperação com a freguesia da Duas Igrejas.

O senhor Presidente da Câmara salientou: “Trata-se de um reforço de verba pois que, na sequência do Contrato de Cooperação para a construção do Campo de Futebol de Duas Igrejas, houve oportunidade de adquirir um terreno contíguo por forma a que o Campo de Futebol pudesse ter as dimensões que são exigidas pela Associação de Futebol do Porto. Como tal, existiu a necessidade de realizar trabalhos de movimentação de terras e intervenção no próprio Campo de Futebol.

Futuramente, será presente a uma outra reunião de Câmara um outro reforço para colocação de mais relvado sintético que, no entanto, ainda não está calculado.



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

Esta retificação prende-se com a execução de movimentação de terras e construção de muros nas delimitações do Campo de Futebol.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DA 2ª RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FREGUESIA DE DUAS IGREJAS (Nº3/2023 E Nº217/2023), A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

14 - REVOGAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 157/2022 ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A FREGUESIA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião a minuta da revogação do acordo de cooperação entre o Município de Paredes e a Freguesia de Paredes.

O senhor Presidente da Câmara acrescentou: “O estudo previsto será realizado de uma outra forma, como tal não fazia sentido a continuidade deste acordo de Cooperação.”

Pediu palavra o senhor Vereador Ricardo Sousa que referiu: “Senhor Presidente, questiono se o objetivo se mantém ou se é intenção deixar cair a obra de requalificação da Junta da Freguesia de Paredes e da Academia de Música.

Como o contrato está a ser revogado, deixando de serem eles a gerir o processo, pergunto se isto significa que será o Município a orientar o processo para o projeto de requalificação deste espaço.”

Usou da palavra a senhora Vereadora Dra. Sandra Martins que observou: “Senhor Presidente, já explicou que o projeto irá ser feito noutra moldes mas a questão é que trata-se de uma obra que era necessária em 2022 e três anos depois redireciona-se ou deixa de ser necessária e portanto saber se esta revogação ou desistência estará ou não relacionada com a intenção do Senhor



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

Presidente de transferir a Academia de Música e eventualmente a sede da Junta de Freguesia de Paredes, para a Casa da Cultura.”

Tomou palavra o senhor Presidente da Câmara que esclareceu: “Este acordo de Cooperação previa as obras de requalificação neste edifício, para em simultâneo acomodar a Academia de Música e sede da Junta de Freguesia de Paredes. Chegamos à conclusão que a requalificação para os dois espaços não faz sentido daí, a procura por uma outra solução para a Academia de Música que poderá passar por mudar, ou não, para a Casa da Cultura.

Existe abertura para a realização de obras, mas vamos avaliar se as mesmas fazem sentido ou não. O objetivo permanece, mas, como era para fazer o estudo de coabitação da Academia de Música e sede da Freguesia de Paredes naquele local, deixa de fazer sentido o objeto tal como estava previsto inicialmente.

A haver requalificação, será somente para a sede da Freguesia de Paredes e para a criação de um parque de estacionamento, mas terá de ser um outro estudo que não aquele.

Para a Academia de Música teremos de encontrar uma outra alternativa.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM 6 VOTOS A FAVOR DO PS E DO PSD E 1 ABSTENÇÃO DA VEREADORA DRA. SANDRA MARTINS DO PSD, APROVAR A MINUTA DA REVOGAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 157/2022 ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A FREGUESIA DE PAREDES, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

15 - REVOGAÇÃO PARCIAL DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE PAREDES Nº 64/2023 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião a minuta da revogação parcial do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Paredes.



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou: “Trata-se de uma revogação parcial da delegação de competências na Freguesia de Paredes que previa o estudo do arranjo da zona envolvente ao novo edifício da CESPU em Paredes, também para o projeto de especialidades do empreendimento do Valbom, que já está realizado, também para a pista de atletismo e para a cobertura do Polidesportivo de Bitarães. Existem aqui projetos que não avançarão até ao final deste ano e, portanto, entendemos revogar para depois refazer este projeto no próximo ano.”

Pediu a palavra a senhora Vereadora Dra. Sandra Martins que referiu: “No número dois da cláusula primeira, refere que já foram pagos 39 925,80€ e que haverá um estorno no valor de 144 074,20€, daí perguntar-lhe que estes cerca de 40 000€ resultam de quê.”

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara que explicou: “Tal como já tinha dito, foi do projeto de execução do arruamento junto ao novo edifício da CESPU bem como das especialidades do loteamento Valbom já que aquele loteamento derivou destes terrenos que compramos e onde está a Comunidade Cigana, e daí nasceram três lotes. O lote 1 é onde está atualmente a Comunidade Cigana, o lote ao lado e o lote mais abaixo serão para os prédios de habitações a rendas acessíveis.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM 6 VOTOS A FAVOR DO PS E DO PSD E 1 ABSTENÇÃO DA VEREADORA DRA. SANDRA MARTINS DO PSD, APROVAR A MINUTA DA REVOGAÇÃO PARCIAL DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE PAREDES (Nº 64/2023), A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

16 - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM OS RESPETIVOS VIGILANTES PARA TRÊS ANOS LETIVOS



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

(2025/26;2026/27;2027/28) LOTE 1 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Aprovisionamento e Património, Unidade de Gestão de Contratação e Aprovisionamento com o número de identificação de processo geral cinquenta e dois mil setecentos e dezanove barra vinte e quatro, datada de nove de abril do corrente ano, relacionada com o Concurso Público Internacional – Contratação de Serviço Especializado para Transporte Escolar com os Respetivos Vigilantes – 2025/26;2026/27;2027/28.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SEIS VOTOS A FAVOR DO PS E DO PSD E UMA ABSTENÇÃO DA VEREADORA DR^a SANDRA MARTINS DO PSD, APROVAR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA ADJUDICATÁRIA VALPI BUS – ALBERTO PINTO & FILHOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, S.A. – LOTE 1, BEM COMO A NOTIFICAÇÃO AOS RESTANTES CONCORRENTES ADMITIDOS ATRAVÉS DA PLATAFORMA VORTAL.

17 - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA TRANSPORTE ESCOLAR COM OS RESPETIVOS VIGILANTES PARA TRÊS ANOS LETIVOS (2025/26;2026/27;2027/28) LOTE 2 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Aprovisionamento e Património, Unidade de Gestão de Contratação e Aprovisionamento com o número de identificação de processo geral cinquenta e dois mil setecentos e dezanove barra 24, datada de nove de abril do corrente ano, relacionada com o Concurso Público Internacional – Contratação de Serviço Especializado para Transporte Escolar com os Respetivos Vigilantes – Anos letivos 2025/26;2026/27;2027/28.

Colocado o assunto a votação,



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SEIS VOTOS A FAVOR DO PS E DO PSD E UMA ABSTENÇÃO DA VEREADORA DR^a SANDRA MARTINS DO PSD, APROVAR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA ADJUDICATÁRIA AUTO VIAÇÃO PACENSE, LDA - LOTE 2, BEM COMO A NOTIFICAÇÃO AOS RESTANTES CONCORRENTES ADMITIDOS ATRAVÉS DA PLATAFORMA VORTAL.

18 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DAS TAXAS DE EVENTOS DIVERSOS - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação proveniente da Divisão Administrativa - Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, com o número de identificação de processo geral vinte e três mil trezentos e sessenta e dois, datada de dezasseis de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 02 processos relacionados com pedidos de isenção do pagamento de taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR OS DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL QUE ISENTARAM AS ENTIDADES CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS.

19 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DAS TAXAS DE EVENTOS DIVERSOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão Administrativa - Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, com o número de identificação de processo geral vinte e três mil trezentos e sessenta e seis, datada de dezasseis de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 05 processos relacionados com pedidos de isenção do pagamento das taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.

Colocado o assunto a votação,



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR OS PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DOS VÁRIOS EVENTOS CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

20 - PEDIDO DE DISPENSA DO PAGAMENTO DA TAXA NO ÂMBITO DO PROCESSO Nº 283/24LI, ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE REBORDOSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma proposta de deliberação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo com despacho datado de dezasseis de abril do corrente ano, relacionado com o pedido de dispensa do pagamento de taxa - Proc.º 282/24LI.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O PEDIDO DE DISPENSA DO PAGAMENTO DA TAXA MUNICIPAL PELA EMISSÃO DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO - PROCESSO 283/24LI CONFORME PROPOSTO.

21 - APROVAÇÃO DE VÁRIOS TOPÓNIMOS NA FREGUESIA DE SOBREIRA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Departamento de Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento, com o número de identificação de processo geral, vinte mil cento e oitenta e sete, datada de quatro de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal as partes escritas e desenhadas relacionadas com a proposta de aprovação de vários topónimos na freguesia da Sobreira.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR OS VÁRIOS TOPÓNIMOS NA FREGUESIA DA SOBREIRA, NOS PRECISOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

22 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TRSU POR DIFICULDADES ECONÓMICAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro do Ambiente, Divisão do Ambiente, com o número de identificação do processo geral vinte e três mil cento e dezasseis, datada de quinze de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 03 processos de isenção do pagamento da tarifa de resíduos sólidos urbanos por dificuldades económicas ao abrigo do artigo 66º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços Municipais, objeto de parecer técnico favorável pelo Pelouro da Ação Social e ainda a listagem de requerimentos cujo parecer técnico foi desfavorável.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DOS RELATÓRIOS SOCIAIS E AO ABRIGO DO ARTIGO 66º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS REFERENTE AOS 03 PROCESSOS OBJETO DE PARECER FAVORÁVEL ANEXOS À INFORMAÇÃO APRESENTADA.

23 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO SOCIAL NO ÂMBITO DA SECÇÃO II "HABITAÇÃO DE QUALIDADE" - NIPG Nº 19202/25 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social com o número de identificação de processo geral dezanove mil duzentos e dois, datada de um de abril do corrente ano, relacionada com a atribuição de apoio social no âmbito do programa "Habitação de Qualidade".

Interveio o Senhor Presidente, tendo dito o seguinte: "Trata-se de uma impermeabilização de uma cobertura que tem de ser feita. Estamos a construir habitação social, mas também pretendemos dotar habitações que estão degradadas de melhores condições. Já tinha vindo à última reunião de



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

câmara uma requalificação de um valor superior a esta para uma casa em Lordelo e agora vem esta cobertura que vai custar 4.120 € mais IVA.

O Vereador, Ricardo Sousa, questionou o Senhor Presidente, se a identificação do problema foi feita pela Câmara, Junta de Freguesia ou outra Instituição Social.

O Senhor Presidente referiu não ter conhecimento de quem identificou, mas que os serviços da Câmara Municipal foram ao local para fazer a análise da situação.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO NO VALOR DE € 4.120 + IVA, NO ÂMBITO DA SECÇÃO II - "HABITAÇÃO DE QUALIDADE" - NIPG: 19202/25, NOS TERMOS DA PROPOSTA CONSTANTE DO RELATÓRIO SOCIAL ANEXO À PRESENTE INFORMAÇÃO.

24 - PEDIDO DE REVISÃO DE PREÇOS NO ÂMBITO DO CONTRATO Nº145/2022, LOTE 1 - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente da Divisão de Educação com o número de identificação de processo geral vinte e três mil cento e dois, datada de quinze de abril do corrente ano, relacionada com o pedido de revisão de preços no âmbito do concurso público para a "Aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares a crianças da educação pré-escolar e a alunos dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário".

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

25 - PROPOSTA DE ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES (LOTES 2,3,5) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente da Divisão de Educação com o número de identificação de processo geral vinte e dois mil quinhentos e treze, datada de catorze de abril do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a proposta de abertura de concurso público para



Carla Rocha Pinto
Dra. Carla Pinto

fornecimento de refeições escolares (Lotes 2,3,5).

Pelo Vereador Ricardo Sousa, foi dito: “Naturalmente, que votarei a favor, mas reparo que o preço que aqui é apresentado são 3,20€ mais IVA e no anterior o valor pago, que é no ano corrente que é o mesmo é de 2,20€, tendo sofrido uma atualização de 6%. Há aqui uma disparidade que, naturalmente, pode ser atrativa para convencer as nossas associações que estivessem em dúvida na reunião anterior citei Louredo, nunca falei com eles, mas que seja apelativo, de facto, o valor justo para que os nossos estudantes tenham refeições dignas, sem que as associações tenham prejuízo com esse serviço”.

O Senhor Presidente respondeu: “Por isso é que é um concurso público, tomáramos nós que concorram e consigam ganhar, mas é um concurso público”.

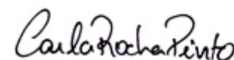
Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO, A AUTORIZAÇÃO DA DESPESA, BEM COMO A ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES (LOTES 2,3,5), NOS TERMOS PROPOSTOS NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

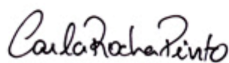
E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a ata da presente reunião, cuja minuta já havia sido aprovada e que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade.

Sendo onze horas, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.

E eu, Carla Fernanda Rocha Pinto, Licenciada e Técnica Superior Jurista da Câmara Municipal, redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião.


Dra. Carla Pinto

Alexandre Almeida, Dr.



Dra. Carla Pinto